

Apresentação

O início da década de 1970 marca o começo de um conjunto de transformações na sociedade e na economia mundial em que, gradualmente, ocorre a passagem de uma economia baseada na produção em massa para uma com base na revolução da informação ou informática. Nesse novo contexto, chamado por alguns de pós-fordista, a geração de inovações tecnológicas, ou seja, de novos produtos e/ou processos nas atividades produtivas, vem assumindo uma centralidade para o desenvolvimento econômico de países e de regiões nunca vista na história. Através das inovações consegue-se, de modo mais consistente, maior produtividade, aumento das exportações com valor agregado, maiores salários, dentre outros. Porém, os impactos econômicos serão mais abrangentes se junto ao surgimento das inovações ocorrer a difusão de tecnologias entre empresas, setores e regiões.

Para além da conhecida perspectiva schumpeteriana do empreendedor individual inovador (da “destruição criadora”) ou mesmo da grande firma inovadora (da “acumulação criativa”), que atuam de forma isolada, na busca de vantagens monopolísticas, muitas vezes efêmeras, os processos de inovação acontecem coletivamente e, portanto, dependentes de seus contextos social e territorial.¹ Uma forma de perceber tal perspectiva está na concepção da hélice tríplice que propõe a interação entre universidade, empresa e governo como essencial para as ações de inovar, na qual, destacam-se as interdependências entre esses três entes, mas deixando, ao mesmo tempo, a necessária independência de cada um deles.²

Assim, além das empresas privadas, sempre reconhecidas no senso comum, as instituições de ensino superior igualmente assumem protagonismo na produção de inovações como depositárias do conhecimento científico e tecnológico, fator cada vez mais necessário para as atividades produtivas inovadoras. Ademais, enfatiza-se o papel do Estado como apoiador, incentivador e, também, agente desses processos. Em relação à última atribuição, alguns falam mesmo de “estado empreendedor”,³ não ficando, portanto, limitado às intervenções macroeconômicas, para “consertar” o mercado, ou

a financiar passivamente projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), mas como realizador de ações e políticas arrojadas de incentivo à inovação. A discussão inovação-estado é hoje central não somente nos países mais desenvolvidos em termos tecnológicos, como nos Estados Unidos e alguns países da Europa Ocidental e da Ásia, mas também no Brasil, como caminho imprescindível para o desenvolvimento numa economia semiperiférica.

Contudo, fala-se já da quarta hélice que é a sociedade civil. Uma região ou país para inovar precisa ter uma cultura propensa à inovação que traz no seu cerne quatro valores ou atitudes: do trabalho bem feito, da criatividade, da confiança na ciência e na tecnologia e da aceitação do risco (incerteza no sucesso).⁴ Por isso, falar na pertinência das inovações sociais (por meio da transformação de relações sociais) e institucionais (criação e aperfeiçoamento de convenções sociais, valores, regramentos informais e hábitos) como elementos essenciais para o desenvolvimento e a difusão de tecnologias.

Nesse contexto estão as grandes cidades, os centros da inovação no passado e agora. Assim, contrário ao diligente discurso antiurbano do trânsito caótico, violência, poluição, pobreza e opressão das pessoas, a história da humanidade está repleta de exemplos de avanços sociais, culturais, científicos e técnicos que ocorreram nas cidades.⁵ Veja-se, nesse sentido, a contribuição seminal de Jane Jacobs quando defendeu as vantagens da diversificação social e econômica encontradas nas cidades, onde a aglomeração de indústrias de diferentes ramos e de pessoas (principalmente trabalhadores qualificados) favorecia o surgimento de inovações.⁶

É nos espaços metropolitanos que ocorre grande parcela das inovações por meio da proximidade entre os diversos agentes e atividades de cunho econômico e não econômico. Da proximidade, que pode ser de tipos diferentes e não excludentes (físico, cognitivo, organizacional, institucional e/ou social), é possível fomentar a cooperação necessária para inovar. Ações cooperativas que podem assumir diferentes escalas desde a local até a global, e intermediárias. Na local (das cidades), está o “burburinho” ou rumor local (*local buzz*) em que se dão os contatos face a face que proporcionam os fluxos de informações de negócios ou novidades tecnológicas, elevando a diversidade de encontros e, por consequência, a transferência de conhecimentos baseada na confiança e na reciprocidade.⁷ Na escala global, os especialistas nos estudos de inovação destacam, também, os chamados canais globais (*global pipelines*), que são formas de contato a distância (e-mails, redes sociais virtuais, teleconferências, etc.) geradoras de interações e, a partir disso, de inovações. Entre as vantagens de tais contatos estão a obtenção de conhecimentos de fronteira oriundos de organizações de padrão mundial nas áreas científicas e tecnológicas, o estabelecimento de novas parcerias em áreas complementares à empresa local, dentre outros.⁸

A conjugação do rumor local e de canais globais nas cidades depende do grau de coesão social existente nelas. Com efeito, o conjunto de organizações de um aglomerado, possuidor de rumor local, tem uma maior capacidade de manter um grande número de canais globais e de absorver o conhecimento vinculado do que uma empresa sozinha. Essa vantagem do aglomerado de firmas relacionadas reflete-se, também, na competência para armazenar localmente conhecimentos exteriores e complexos, que permanecem em uma ou mais entidades por um período e, após,

podem migrar para outras, ou desenvolver esses conhecimentos conjugados aos locais e, assim, gerar novos – uma diversidade (de atores, experiências e ideias) produtora potencial de inovações.

A noção de coesão social torna necessário retomar uma concepção esquecida pelos estudiosos do urbano, a do nexo territorial urbano (*urban land nexus*).⁹ Pensamento que estabelece que a cidade é um grande quebra-cabeça de diferentes usos do solo em competição, em que os governos são os responsáveis de acomodá-los e promover as necessárias sinergias entre eles para um desenvolvimento social e econômico generalizado. Portanto, cada vez mais, percebe-se a relevância da concepção da cidade como ambientes de inovação nos quais todos os lugares têm um papel, senão favorecedores da inovação podendo ser impeditivos dela. Por essa razão, vale a pena citar o fenômeno do empreendedorismo emergente que aparece nos espaços mais improváveis como as favelas, apresentando experiências inovadoras de negócios e de soluções aos problemas locais, desde as localizadas em Londres ou Paris até as de Mumbai, Rio de Janeiro ou Nairobi.¹⁰ Cabe igualmente mencionar as experimentações das tecnópolis,¹¹ que reúnem as diversas experiências de planejamento e/ou de promoção de atividades produtivas relacionadas a inovações tecnológicas em uma área concentrada, geralmente dentro de cidades, como, por exemplo, parques científicos e/ou tecnológicos, cidades científicas, complexos industriais de empresas de alta tecnologia, dentre outros.

Entretanto, fica evidente que todo esse quadro referente aos processos de inovação na economia das cidades é perpassado por diversas contradições dentro do capitalismo. Dialeticamente, as tentativas de melhoramento das condições econômicas de uma região ou país, através da geração de inovações, passam por problemas. Um exemplo ilustrativo é o atual debate nos Estados Unidos e alguns outros países sobre o papel do Estado. Em um primeiro momento, como incentivador da inovação em que são socializados os riscos através do Estado e, sobretudo, as perdas quando uma iniciativa não alcança os objetivos (frequente em projetos complexos), e, posteriormente, no caso do sucesso de uma iniciativa, quando os ganhos são privatizados por um grupo reduzido de empreendedores.

Outro perigo é o de essas experiências territoriais estarem isoladas espacialmente, ou seja, as regiões seriam, supostamente, espaços autorreprodutivos com poucos vínculos com o restante dos respectivos espaços nacionais, ou com vínculos globais unidirecionais, geralmente, caracterizados por relações econômicas com um número reduzido de atores locais.¹² Tal crítica, certamente, é adequada para diversas experiências de desenvolvimento urbano no Brasil ou em muitos outros lugares do mundo, especialmente, aquelas orientadas por estratégias neoliberais (dimensão financeira prevalecendo sobre a produtiva), não sendo adequada para outras. Com efeito, os impactos (positivos e/ou negativos) econômicos, políticos e sociais advindos de vetores externos (investimentos diretos do exterior, instalação de uma fábrica de uma multinacional, políticas setoriais nacionais, etc.) sofridos por uma região têm seus efeitos diretamente relacionados à capacidade regional de absorção, de adaptação e, mesmo, de rejeição desses vetores. Essa capacidade depende da organização local existente para discussão e para deliberação sobre seu destino (governança territorial), com suficiente coesão social. Nas experiências regionais relacionadas aos processos

de inovação na atividade produtiva, os canais globais estabelecidos com os atores locais são cada vez mais relevantes para o desenvolvimento econômico e tecnológico, através do conhecimento adquirido por esses agentes e pela sua difusão na região (através do rumor local). Os desafios do desenvolvimento nacional passam pelo enfrentamento das questões atinentes à justaposição da coesão social, do conhecimento e da inovação nas metrópoles.

O presente número da revista *Cadernos Metrópole* procura debater parte dessas questões no dossiê denominado *As metrópoles, coesão social, conhecimento e inovação: os desafios do desenvolvimento nacional*. O dossiê é formado por três artigos que abrangem parcela importante da realidade nacional em diferentes escalas — a Região Metropolitana de São Paulo (Sudeste), a cidade do Recife (Nordeste) e a região amazônica (Norte) —, e que têm como característica comum apresentar as possibilidades virtuosas do desenvolvimento de inovações no campo econômico e, ao mesmo tempo, as armadilhas inscritas nessas experiências.

O artigo *Região Metropolitana de São Paulo como centro da inovação do Brasil*, de autoria de Sandra Lencioni, demonstra a importância dessa metrópole para o desenvolvimento brasileiro na esteira dos processos de inovação, tecendo alguns pensamentos sobre a nova relação entre indústria inovadora e espaço urbano. Assim, ressaltam-se as universidades e os institutos de pesquisa como constituintes essenciais das condições gerais de produção à inovação industrial, no âmbito de seus vínculos com o tecido produtivo (empresas), junto com o papel do Estado como fornecedor de incentivos à inovação, principalmente, através de políticas públicas federais. Concluindo com a constatação de que as diferenciações entre territórios, sobretudo as com base nos processos de inovação, não se caracterizam necessariamente em desigualdades que promovam a discriminação e a fragmentação socioespacial, e, sim, em possibilidades de relacionamentos inter-regionais construtivos e criativos (coesão territorial).

No texto *Parques tecnológicos: entre inovação e renda imobiliária no contexto da cidade do Recife*, de Norma Lacerda e Ana Cristina Fernandes, analisa-se a relevância da dinâmica do mercado imobiliário sobre o *Porto Digital*, parque tecnológico localizado no centro histórico da capital pernambucana. As autoras mostram que esse parque vem promovendo a produção de processos de inovação nas atividades produtivas da cidade por meio da parceria entre academia (universidades), setor privado (empresariado) e governos (municipal, estadual e federal). Ao mesmo tempo, elas demonstram, através da análise das rendas imobiliárias envolvidas, que a iniciativa do parque provocou a obtenção de lucros rentistas excessivos que pode acabar por retirar o protagonismo da inovação produtiva na região.

Encerrando o dossiê, o artigo de Wesley Cantelmo, Carlos Lobo e Ricardo Alexandrino Garcia, intitulado *Territorialismo e a política de desenvolvimento: estratégias de produção do território no Brasil*, trabalha com a noção de territorialismo e sua relação com as políticas de desenvolvimento no Brasil na lógica de reprodução capitalista. Tratando especificamente do Plano Amazônia Sustentável, proposta do governo federal para o desenvolvimento regional da região, os autores apontam, por um lado, problemas em relação ao enquadramento dos recursos amazônicos em alguns aspectos equivocados à economia competitiva global, o que chamam de “territorialismo capitalista”. E, por

outro, elementos positivos no mesmo plano governamental em termos dos processos decisórios participativos vinculados a ele com base na cooperação e na solidariedade, e que podem promover a criação e o fortalecimento de diferentes territorialidades com enorme potencial de inovação.

Por outra parte, esta edição da revista apresenta mais 10 artigos a respeito de diversas outras temáticas, e lugares, que vão desde uma experimentação urbano-industrial em Buenos Aires até o impacto da crise financeira europeia em Lisboa, passando por diferentes estudos sobre a situação habitacional, demográfica, do mercado de emprego ou de espaços e equipamentos públicos, especialmente, das cidades brasileiras.

O artigo de João Seixas, Simone Tulumello, Susana Corvelo e Ana Drago, *Dinâmicas sociogeográficas e políticas na Área Metropolitana de Lisboa em tempos de crise e de austeridade*, trata da realidade portuguesa em meio aos impactos da crise econômica europeia ainda vigente e às políticas de austeridade relacionadas. Assim, o texto poderia fazer parte do dossiê desta edição se o espaço de análise não fosse fora do Brasil, pois aponta a necessidades de atuações no nível das metrópoles para responder a crises externas.

Marlon Lima da Silva e Helena Lúcia Zagury Tourinho, no texto *O Banco Nacional de Habitação e o programa Minha Casa Minha Vida: duas políticas habitacionais e uma mesma lógica locacional*, analisam de modo comparativo essas duas políticas habitacionais na Região Metropolitana de Belém (Pará). Experiências essas marcadas por importantes processos de segregação.

O artigo *Dinâmicas imobiliárias e políticas urbanas no centro de São Paulo: uma discussão sobre gentrificação na Mooca*, de Michelly Lima Reina e Francisco de Assis Comarú, trabalha com a questão da tendência de elitização, ainda inconclusa, dessa região da capital paulista.

Ainda no tema habitacional, no artigo *Habitação de interesse social em cenários de revalorização urbana: considerações a partir da experiência carioca*, João Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro examina algumas iniciativas de revalorização do espaço urbano, vinculadas ao Programa Novas Alternativas, por meio dos discursos do poder público municipal da cidade do Rio de Janeiro.

O artigo *Considerações sobre políticas de requalificação das Zeis com participação dos habitantes: limites e desafios para as áreas metropolitanas no Brasil*, elaborado por Elena Tarsi, aborda o tema do gerenciamento dos assentamentos informais nas grandes metrópoles. Especificamente, é observado o Plano de Bairro para Nova Constituinte de Salvador (Bahia), uma experiência-piloto de políticas públicas para a requalificação de Zeis.

No campo dos estudos demográficos, Amanda Cabette e Tânia Marques Strohaecker, em *A dinâmica demográfica e a produção do espaço urbano em Porto Alegre/Brasil*, exploram a capital gaúcha confrontando o fenômeno da transição demográfica com a produção de seu espaço urbano, sobretudo à luz de sua dinâmica imobiliária, na última década.

Enquanto Fernando Henrique Neves no, artigo *Planejamento de equipamentos urbanos comunitários de educação: algumas reflexões*, aborda a questão socioespacial e técnica da implantação desse tipo de equipamento nas cidades brasileiras, em que se destacam os aspectos da garantia da qualidade social e da melhor distribuição espacial das estruturas.

O texto *Construção de espaços públicos em Bogotá e Rio de Janeiro: uma análise comparada dos projetos públicos durante a década de 1990*, escrito por Ana Marcela Ardila Pinto, apresenta uma comparação entre duas importantes metrópoles, uma colombiana e outra brasileira, dos seus espaços públicos analisando as intervenções e os investimentos públicos na construção de tais áreas. Os modelos surgidos dessas experiências mostram a articulação de agentes oriundos de diferentes escalas (da local à global).

Abordando a temática do emprego nas grandes cidades brasileiras, Carolina Rodrigues Corrêa e João Eustáquio de Lima, no artigo *Determinantes da participação e dos rendimentos dos jovens no mercado de trabalho: o caso da Região Metropolitana de Recife*, estudam a situação da população jovem em termos dos determinantes de empregabilidade e dos rendimentos dos que trabalham na metrópole pernambucana, valendo-se do procedimento estatístico de Heckman.

Encerrando esta edição da revista, o artigo de Francisco Sambrizzi, intitulado *La huella Adriana. Olivetti: conexiones urbanas, sociales y culturales entre Ivrea y Merlo*, traz a interessante experiência urbana, em Buenos Aires na Argentina, de um empreendimento industrial fortemente vinculado à comunidade local, unindo planejamento social e urbano através de realizações residenciais, de equipamentos públicos e de atividades culturais e educacionais.

Por fim, os textos reunidos neste número da *Cadernos Metrópole*, tanto do dossiê como dos artigos complementares, compõem uma importante contribuição para o tão necessário debate acadêmico e social sobre as metrópoles como espaço concentrador de contradições e problemas da sociedade, porém, também, onde podem surgir as soluções dessas questões por meio da criatividade, da cooperação e, por conseguinte, da inovação no seu significado mais amplo.

Iván G. Peyré Tartaruga
Organizador

Notas

- (1) Conforme Méndez, R. (2002). Innovación y desarrollo territorial: algunos debates teóricos recientes. *EURE*, v. 28, n. 84, pp. 63-83; e Caravaca, I. et al. (2002). *Innovación y territorio: análisis comparado de sistemas productivos locales en Andalucía*. Sevilla (España), Consejería de Economía y Hacienda/Junta de Andalucía.
- (2) Concepção elaborada por Etzkowitz, H. (2009). *Hélice triplex: universidade-indústria-governo: inovação em ação*. Porto Alegre, EDIPUCRS. Ideia que tem origem no debate sobre as alternativas de superação do atraso econômico, científico e tecnológico na América Latina, na década de 1960, dos argentinos Sábato, J. e Botana, N. (1968). La ciencia y la tecnología en el desarrollo futuro de América Latina. *Revista de la Integración*, n. 3, pp. 15-36.

- (3) Como Mazzucato, M. (2013). *The entrepreneurial state: debunking public vs. private sector myths*. Londres, Anthem Press.
- (4) Conforme Quintanilla, M. A. (2005). *Tecnología: un enfoque filosófico y otros ensayos de filosofía de la tecnología*. México, FCE.
- (5) Como foi nas praças e nos mercados de Atenas, na Grécia Antiga do século IV a.C. (na filosofia), ou nas vielas da Florença renascentista, nos séculos XV e XVI (nas artes e na arquitetura).
- (6) Ver Jacobs, J. (1969). *The economy of cities*. Nova York, Random House.
- (7) Ver Storper, M. e Venables, A. J. (2004). Buzz: face-to-face contact and the urban economy. *Journal of Economic Geography*, v. 4, pp. 351-370; e Storper, M. e Venables, A. J. (2005). “O burburinho: a força econômica da cidade”. In: Diniz, C. C. e Lemos, M. B. (org.). *Economia e território*. Belo Horizonte, UFMG.
- (8) Ver Bathelt, H.; Malmberg, A. e Maskell, P. (2004). Clusters and knowledge: local buzz, global pipelines and the process of knowledge creation. *Progress in Human Geography*, v. 28, n. 1, pp. 31-56.
- (9) O termo nexos territorial urbano foi cunhado pelo Geógrafo Allen J. Scott, no início da década de 1980, e retomado mais recentemente por Storper, M. (2014). Governing the large metropolis. *Territory, Politics, Governance*, v. 2, n. 2, pp. 115-134.
- (10) A respeito dos empreendedores emergentes urbanos ver Saunders, D. (2010). *Arrival city: how the largest migration in history is reshaping our world*. Nova York, Pantheon Books – ressaltando o papel dos migrantes que chegam às grandes cidades; ou Glaeser, E. L. (2011). *Triumph of the city: how our greatest invention makes us richer, smarter, greener, healthier*. Nova York, The Penguin Press.
- (11) A noção de tecnópoles surge no interior da proposta dos novos espaços industriais, no final dos anos 1980 e no âmbito anglo-americano, analisando o aparecimento de áreas industriais com elevada capacidade de gerar inovações, de maneira dinâmica, por meio de especializações produtivas direcionadas às novas tecnologias (de informação e comunicação, de biotecnologia, etc.).
- (12) Ver, por exemplo, essa discussão em Fernández, V. R.; Amin, A. e Vigil, J. I. (orgs.) (2008). *Repensando el desarrollo regional: Contribuciones globales para una estrategia latinoamericana*. Madri e Buenos Aires, Miño y Dávila Editores; e em Fernández, V. R. (2007). Explorando las limitaciones del nuevo regionalismo en las políticas de la Unión Europea: Una perspectiva latinoamericana. *EURE*, Santiago do Chile, v. 33, n. 98, pp. 97-118.